

Maternidades Digitais. Identidade, classe e gênero nas redes sociais

Digital Motherhoods. Identity and gender in digital media

Maternidades Digitales. Identidad, Clase y Género en redes sociales

Adriana Braga (Brasil)⁵.

Resumo

Este capítulo estuda a pluralidade de fóruns de internet que se dedicam a tópicos relacionados à maternidade, onde negociações de sentido são propostas pelas participantes, nas quais se refletem articulações e desafios entre componentes tradicionais e processos sociais amplos e atuais referentes à experiência da maternidade. Em particular, são analisadas questões referentes às ambiguidades do trabalho doméstico em relação à luta de classes, além de questionamentos à hegemonia da cultura de gênero, com críticas à “maternidade compulsória”, à estigmatização e à questão de identidade materna em relação às demais identidades de gênero.

Palavras chave

Maternidades Digitais. Identidade, classe e gênero nas redes sociais

⁵ Adriana Braga. (Brasil). Professora Associada no Departamento de Comunicação da PUC-Rio e pesquisadora CNPq. Vice-Presidenta da Media Ecology Association (MEA/EUA). Autora dos livros *Introdução à Ecologia das Mídias* (STRATE, BRAGA e LEVINSON, Ed. Loyola, 2019); *Corpo-verão: jornalismo e discurso na imprensa feminina* (PUC-Rio, 2016); *Personas Materno-Eletrônicas: feminilidade e interação no blog Mothern* (Ed.Sulina, 2008); CMC, *Identidades e Gênero: teoria e método* (Ed.UBI/Portugal, 2005). Coordenadora do Laboratório de Mídias Digitais – LabMiD. Rio de Janeiro/RJ Email: adrianabraga@puc-rio.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0307-3470>

Abstract

This chapter studies the plurality of internet forums that are dedicated to topics related to motherhood, where meaning negotiations are proposed by the participants, in which articulations and challenges are reflected between traditional components and broad and current social processes related to the experience of motherhood. In particular, questions regarding the ambiguities of domestic work in relation to the class struggle are analyzed, in addition to questions about the hegemony of gender culture, with criticisms of “compulsory motherhood”, stigmatization and the question of maternal identity in relation to other identities of gender.

Keywords

Digital Motherhoods. Identity and gender in digital media

Resumen

Este capítulo estudia la pluralidad de foros de internet que se dedican a temas relacionados con la maternidad, donde las negociaciones de significado son propuestas por las participantes, en las que se reflejan articulaciones y desafíos entre componentes tradicionales y procesos sociales amplios y actuales relacionados con la experiencia de la maternidad. En particular, se analizan cuestiones sobre las ambigüedades del trabajo doméstico en relación con la lucha de clases, además de cuestiones sobre la hegemonía de la cultura de género, con críticas a la “maternidad obligatoria”, la estigmatización y la cuestión de la identidad materna en relación con otras identidades. de género.

Palabras clave

Maternidades Digitales. Identidad, Clase y Género en redes sociales

Razón
y Palabra

Primera revista digital
en Iberoamérica
especializada en Comunicación

Esta obra está bajo licencia internacional
Creative Commons Reconocimiento 4.0



e-ISSN 1605-4806
Vol. 24, nº. 108, mayo-agosto 2020

 Tecnológico
de Monterrey

 Pontificia Universidad
Católica del Ecuador

 UTADEO
UNIVERSIDAD DE BOGOTÁ, PRINCE TABIO LOZANO

Introdução

A cultura feminina, entendida como processo dinâmico, instável, em fluxo, registra modificações nas formas de controle e autoridade no interior da família, nos comportamentos, visões de mundo e valores morais disseminados pela sociedade ao longo das décadas. Mudanças consequentes do processo de industrialização, urbanização, acúmulo e distribuição social do conhecimento, e o impacto gerado pelas correntes feministas no processo de emancipação da mulher resultaram em uma reorganização da sexualidade feminina, relativização do poder das relações de parentesco e maior complementaridade de funções entre papéis de gênero. Todo esse processo provocou impacto sobre as subjetividades e fez surgir novas práticas sociais. Entre as alterações nas formas de organização da família, testemunhamos durante as últimas décadas a implementação de propostas alternativas a uma visão tradicional de maternidade e a um conjunto de referências tidas como ultrapassadas, tanto da medicina tradicional e da psicanálise clássica quanto pela herança de valores e comportamentos tradicionais.

Os ambientes digitais proporcionados pela Internet disponibilizam espaço social para a revitalização e atualização da cultura de gênero, de troca de saberes entre mulheres, instrumentalizando novas gerações de mulheres para o enfrentamento cotidiano das demandas da maternidade, sexualidade e atividade profissional.

Este capítulo estuda a pluralidade de fóruns de internet que se dedicam a tópicos relacionados à maternidade, onde negociações de sentido são propostas pelas participantes, nas quais se refletem articulações e desafios entre componentes

tradicionais e processos sociais amplos e atuais referentes à experiência da maternidade. Em particular, são analisadas questões referentes às ambiguidades do trabalho doméstico em relação à luta de classes, além de questionamentos à hegemonia da cultura de gênero, com críticas à “maternidade compulsória”, à estigmatização e à questão de identidade materna em relação às demais identidades de gênero.

Interação social em ambientes digitais EM AMBIENTES DIGITAIS

Os ambientes de Internet são largamente utilizados por usuárias/os não especializados/as como meio de expressão individual e coletiva, operando como espaço social para apresentações do *self*, onde são veiculadas representações de identidade e de individualidade, em uma dinâmica análoga ao que Goffman (1998) denomina “gerenciamento da impressão” (*impression management*). Tais ambientes apontam para uma mediação preferencial pela forma da sociabilidade (Autor, 2011). Em uma interação de sociabilidade, o/a participante se apresenta equipado/a apenas de sua humanidade, renunciando às “qualificações objetivas de sua personalidade” (Simmel, 1983, p. 171). Mesmo que conflitos ocorram, é possível observar nesses ambientes, a partir de uma consciência tácita, uma disposição tolerante e amável por parte dos/as participantes que poderia ser categorizada como reguladora dos limiares da sociabilidade.

A dinâmica interacional entre os/as participantes aponta para a manutenção do consenso operacional deste ambiente. Quando um/a participante traz um assunto pessoalmente importante naquele momento, os/as demais imediatamente acolhem aquele conteúdo emitindo opiniões sensatas, de apoio, que se reiteram,

estabelecendo esse consenso. Tal acordo tácito parece pretender mais acatar a pessoa que expôs seu problema do que obter uma concordância de fato sobre a situação em si.

Entretanto, a categoria “participante” não é homogênea. Existe uma espécie de hierarquização que se manifesta por exemplo no retorno dado a uma crítica nesses ambientes, que pode ir do ostracismo, ironia ou agressão até uma justificativa respeitosa acerca do ponto criticado. Ou seja, estabelece-se nesses ambientes uma espécie de julgamento das questões em conflito, em que a posição vencedora é a que capitaliza mais manifestações de apoio e de maior peso simbólico, definindo, nos termos do grupo, padrões de ‘certo’ e ‘errado’. Assim, granjear o apoio expresso dos/as coparticipantes garante reconhecimento e pertencimento. Nos casos de rechaço da crítica, um argumento que frequentemente é empregado para encerrar uma questão consiste no apelo aos objetivos declarados daquele espaço como um local pessoal, de liberdade de expressão. As críticas têm como resposta o ostracismo, a ironia ou a agressividade, uma justificativa ou explicação.

Maternidade e cultura

Através da observação de dois grupos de mães, das décadas de 1950 e 1980, Almeida (1987) constata uma predisposição do grupo mais jovem de se distanciar da ameaça de reprodução do modelo de maternidade de suas mães visando a conquista de padrões de atitudes vividos como modernos e libertadores face ao elenco de valores familiares percebidos como arcaicos e tradicionais. A investigação procurou captar linhas de continuidade e descontinuidade entre os dois universos simbólicos. Entretanto, a autora constata que os índices evidentes de modernização acelerada

ao longo das três décadas não corresponderam à modernização que se processou no âmbito das subjetividades, ou seja, não houve uma descontinuidade marcante de visões de mundo entre os dois grupos.

A considerar a movimentação feminina pela estrutura social ao longo da história, mudanças substantivas foram registradas em pesquisas das mais diversas áreas, e que podem ser observadas cotidianamente. Tudo se transforma rapidamente nas relações das mulheres com o trabalho, com os recursos tecnológicos, com o entorno sociocultural, mas uma coisa permanece constante: a maternidade, instituição remota e fundante da própria humanidade, continua na pauta e na prática das mulheres. Na pauta de mulheres que fazem do acesso às mídias digitais espaço próprio, espaço de expressão.

A tecnologia computacional participa como elemento ativo na comunicação cotidiana entre grupos de interesse, oferecendo condições específicas para rearticulações de sentido. Com as tecnologias de informação e comunicação, ampliou-se a oferta de sentidos acerca das representações do “feminino” no campo das mídias, trazendo novas expressões ao já intrincado e complexo campo simbólico das representações midiáticas sobre a mulher e a maternidade.

Entretanto, o descompasso entre as mudanças tecnológicas e a permanência de categorias tradicionais nas mentalidades e na cultura parece prosseguir pelo século XXI. Nos fóruns de discussão sobre maternidade, cuidado infantil e trabalho doméstico nas redes sociais, os intensos debates evidenciam dilemas importantes desta complexa situação. Na tensão entre permanência e mudança, tradição e

modernidade, é questionado o papel social da mãe, da maternidade e do cuidado infantil.

Na década de 1980, Elisabeth Badinter (1985), a partir de uma análise histórica sobre o amor materno na França entre os séculos XVIII e XX, já relativizava a ideia de o sentimento materno ser um procedimento da “natureza feminina” a partir da observação da evolução das práticas e atitudes maternas ao longo dos séculos e assim demonstrou que a própria noção de amor materno é um mito, variável conforme épocas, costumes e comportamentos.

A temática da maternidade tem chamado a atenção de vários setores da sociedade nos últimos anos, resultando em pesquisas científicas de diferentes áreas do conhecimento, programas de televisão, postagens, palestras e eventos que exploram suas dimensões socioculturais, simbólicas, econômicas e políticas.

Estudos recentes enfrentam temas tabu que desafiam o suposto amor materno com trabalhos que discutem a opção de ser mãe. A relação indissociável da identidade feminina com a maternidade foi trabalhada por Escosteguy (2008), enquanto trabalhos mais recentes, com o objetivo de refletir acerca do estigma e conjugalidade presentes na opção de não ter filhos, identificam o sofrimento de casais submetidos à pressão social em função de suas escolhas (Rios e Gomes, 2009). Donath (2017), ao lidar com mulheres que se arrependeram da decisão de ter filhos/as, entende que ao contrário do que diz o senso comum as mulheres não são livres para decidir se querem ou não ter filhos. A partir de um caso de tentativa de infanticídio, Vera Iaconelli discute algumas condições para a construção da “função

materna”, entendida como “uma construção psicossocial atravessada pela lógica dessubjetivante da contemporaneidade”. (Iaconelli, 2015).

O fenômeno é notável: o formato de família que mais cresceu no Brasil no início do século XXI foi o casal sem filhos/as, registrando um crescimento de 36% entre 2000 e 2010 (Fernandes, Lacerda, 2012). Tais números chamam a atenção do mercado, que identifica aí um novo filão a ser explorado, com a oferta de serviços e produtos especializados para atender esse novo público. Os casais sem filhos/as, chamados pelos setores econômicos por “DINC” (Double Income No Children), impactam a economia com suas rendas maiores que a de casais com filhos/as e altos padrões de consumo. A partir de dados econômicos, sociais e históricos, estudos tentam contextualizar e explicar o fenômeno de interesse aos setores imobiliário, hoteleiro, de turismo e outros (Fernandes, Lacerda, 2012).

Notas metodológicas

Na construção teórica e metodológica desta pesquisa, alguns conceitos estão articulados, a saber, “interação social” (Goffman, 1999), que visa a dar conta dos processos de trocas simbólicas entre os/as participantes de uma situação social e “enunciação” (Benveniste, 1989), que se refere à dimensão descritiva dos modos através dos quais se elaboram discursos.

Por sobre os elementos estruturais da Internet é possível perceber nas interações um conjunto de princípios, valores e interpretações sobre os acontecimentos. Negociações de sentido realizadas por interações de modo dinâmico, que negociam sentidos a partir de perspectivas e métodos práticos de enfrentamento de situações concretas e posicionamentos das/os participantes da

interação. Estas perspectivas e posições são afirmadas e registradas através de discursos que se materializam em textos escritos, vídeos, imagens e *memes*. Assim, fragmentos de definições da realidade aparecem como tópicos de debate, seguidos de outros posicionamentos relativos, resultantes de um duplo ordenamento: do discurso e da interação.

Nas interações ocorrentes nos ambientes digitais observados, há um processo social que se constitui a partir de uma maternidade em ação na qual se pratica e se expõem posições que parecem indicar redirecionamentos acerca de práticas e papéis sociais femininos em nossa sociedade. Vale ressaltar o caráter plural da maternidade midiática: são várias maternidades resultantes das práticas de cada ambiente onde elas são geradas, referentes a diferenças de identidades de gênero, de classe social, grupo etário, regionalidades etc.; mais ainda, cada uma dessas maternidades é desdobrada, pensada a partir de tópicos específicos, tornadas matérias significantes. Assim como é difícil falar “mídia” em um sentido unitário, é também difícil pensar em uma “maternidade” midiática, na medida em que são resultado de um complexo processo discursivo de debate entre diferentes agentes no contexto do campo das mídias, sendo ambos, mídia e maternidade, entidades plurais.

Os ambientes interacionais e discursivos da internet podem ser pensados como um *front* de lutas por definições de realidade, que produz sentidos e disputam espaço de legitimidade. No entrecruzamento de pressupostos morais, cultura de consumo, saberes tradicionais e relações históricas de poder, definições da realidade são propostas, negociadas e transformadas no âmbito da constituição desses discursos.

Nos ambientes digitais, há um processo social que se constitui a partir de uma feminilidade em ação na qual se pratica e se expõem posições que parecem indicar redirecionamentos acerca de práticas e papéis sociais femininos em nossa sociedade.

Os processos de enunciação dos ambientes midiáticos operam no interior do contexto sociocultural que os cerca. Eles são parte de processos maiores de âmbito histórico, a que Foucault (1986) denomina “formação discursiva”, um sistema complexo de “condições de produção” dos discursos, definida como:

.. um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 1986, p. 153).

Nesse sentido, os enunciados acerca da maternidade encontrados no material discursivo sob investigação neste estudo dizem de um feminino específico de um tempo e de um contexto – uma maternidade contemporânea considerando o nosso momento histórico, o que aponta para o caráter processual desta definição.

A estrutura conceitual que anima a dinâmica comunicacional dos fóruns digitais não é homogênea. Operam nesse ambiente hierarquias simbólicas de poder entre participantes, em que se entrecruzam cultura de consumo, habilidades tecnológicas, pressupostos feministas, saberes tradicionais e alternativos sobre a feminilidade/maternidade, idealizações de atributos e papéis de gênero, troca de informações e experiências pessoais, intervenções interpretativas de participantes que apresentam lógicas alheias, além dos valores, interesses, repertório e realidade particular de cada indivíduo materializado em cada subjetividade.

Maingueneau (2001, p. 52) destaca várias características na noção de discurso, demonstrando, entre elas, a sua dimensão interativa. A noção de enunciação é definida por Benveniste (1989) nos seguintes termos:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e anuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (Benveniste, 1989, p. 84).

No caso da enunciação midiática, o processo de elaboração discursiva está condicionado por um lado, por “códigos” maiores como a língua, as matrizes de cultura, a ética e por outro, por códigos diretamente ligados à produção, às possibilidades e limites impostos pelo suporte técnico e pelas habilidades do/a usuário/a de Internet. Nessas condições, o “sujeito” discursivo atua apropriando-se dos “códigos” para fazer anunciar o seu modelo de “realidade”, configurando uma modalidade discursiva que se articula com os movimentos históricos e às práticas de outros campos sociais.

Maternidade nas mídias digitais

A tematização da experiência materna entre mulheres no contexto social se tornou facilmente ligada a uma perspectiva tradicional da feminilidade, que se relaciona com a vida doméstica. Desta forma, na medida em que a maternidade e o cuidado infantil como tópico de conversa parece ter perdido espaço nos contextos sociais tradicionais, a Internet apresenta ambientes sociais, locais de encontro e tematização da maternidade, livres da conotação pejorativa, uma vez que se articulam aos significados positivamente valorados da atualização tecnológica e da participação na esfera pública midiática.

As mídias digitais provocaram, entre outras alterações, uma dispersão da produção e veiculação midiática de conteúdos pela quantidade de pequenos novos sujeitos enunciadore s em condição de disponibilizar representações sociais em larga escala. Assim, essa tecnologia configura, além de uma multiplicidade de oferta enunciativa, ambientes de interação social, que são apropriados por grupos diversos, que, constringidos pelos limites e possibilidades tecnológicas, estabelecem diferentes formas de interação. A dinâmica da presença dessa diversidade de vozes e representações no campo das mídias digitais promoveu uma radicalização da segmentação midiática nesses ambientes, permitindo a criação de ambientes tratando de uma miríade de diferentes perspectivas relacionadas à mulher e à maternidade.

A atividade comunicacional online motivou muitas mulheres a criarem seus próprios perfis, páginas e canais nos sites de redes sociais tematizando a experiência pessoal com a maternidade e assuntos relacionados. Nas duas últimas décadas surgiu uma infinidade de páginas dedicadas a este tópico. Assim, o ambiente digital midiático é socialmente apropriado por mulheres, resgatando uma prática social feminina que havia se tornado envelhecida, articulada a uma definição da conversa entre mulheres como assunto essencialmente fútil e desnecessário, enquadrado por uma ordem masculina. Do ambiente de trabalho ou doméstico, a partir do acesso às mídias digitais, a interação feminina encontra na Internet um lugar renovado de expressão.

Vários estudos se voltam para o tema da maternidade na tentativa de realizar um panorama da variedade de manifestações existentes nas mídias digitais. Em um

esforço de tipificação, foram identificados perfis “afetivos, informativos, dedicados à ‘maternidade real’, dirigidos a tabus maternos e ativistas” (Souza, 2019). Ainda na mesma perspectiva, uma nova categoria surge com presença ativa no Instagram, as *baby influencer*, perfis pessoais de bebês – principalmente meninas –, administrados pelas mães, com forte apelo para consumo de produtos *fashion* para crianças de 0 a 2 anos de idade. É possível identificar a partir dos produtos oferecidos nesses perfis, majoritariamente femininos, uma forte afirmação da identidade de gênero heteronormativa materializada em produtos e adereços relacionados à sexualização das mulheres, como meias-arrastão, cintas-liga, laços e roupas pretas (Monteiro, 2019).

Uma característica que definiria as mulheres nesses ambientes é a procura por informações e dicas sobre gravidez, parto, legislação, maternidade e cuidado infantil. Além disso, é notável em tempos recentes a presença substantiva de uma temática tabu nas mais diversas sociedades que passa pela negação da maternidade, ou seja, ambientes digitais que defendem a expressão dos direitos por opção, do arrependimento da decisão de ser mãe e até mesmo do ódio à maternidade.

Essas mulheres, não buscam na experiência de suas mães ou profissionais os saberes que orientariam suas práticas, mas parecem buscar no saber científico, alternativo, dos livros e das parceiras de geração, o repertório de informações que compõe suas possíveis linhas de ação.

Patroa vs. Empregada: uma silenciosa luta de classes

A inserção feminina no mercado de trabalho é um ponto fulcral na configuração contemporânea de gênero. Esta questão é complexa, e vai muito além da constatação das disparidades entre os salários pagos a homens e mulheres para uma mesma função. Mesmo que, nos dias de hoje, a participação feminina no mercado de trabalho seja um ponto relativamente pacífico, há que se destacar a limitação das condições sociais para o pleno exercício das atividades profissionais femininas.

Na arena pública, as mulheres trabalhadoras passam a incorporar demandas profissionais; no âmbito doméstico, coloca-se a difícil negociação com o parceiro na divisão das tarefas, naturalizadas como papel feminino. Há que se considerar ainda que o exercício da atividade profissional por parte das mulheres de classes média e alta no Brasil muitas vezes depende da delegação do cuidado das crianças e do trabalho doméstico a empregadas, mulheres, muitas vezes mães, de uma classe social mais baixa. Esse arranjo torna, de certa maneira, a emancipação feminina um processo social vinculado a um recorte de classe, que envolve muitas vezes tensões de ordem afetiva, trabalhista e étnica.

Na medida em que no Brasil existem poucas políticas públicas que assumam o cuidado infantil como tarefa social, o custo desta ausência do enfrentamento da contradição entre práticas femininas tradicionais e demandas do exercício profissional resulta que cada mãe trabalhadora precise assumir com soluções individuais o gerenciamento deste acúmulo de atividades.

Sendo mães e trabalhadoras, essas mulheres necessitam de ajuda alheia nos cuidados com os/as filhos/as. Cuidados que são geralmente assumidos por outras

mulheres, seja na creche, na casa das avós, das vizinhas ou dentro da própria casa pela empregada doméstica. A relação entre empregadoras e empregadas domésticas é permeada por tensionamentos de ordem afetiva, étnica, econômica, trabalhista e social. No Brasil, país de grande desigualdade social, um viés de classe atravessa o próprio movimento de emancipação feminina, na medida em que uma elite usufrui os benefícios resultantes das conquistas feministas enquanto mulheres pobres dão suporte para que mulheres das classes média e alta trabalhem na sua própria emancipação. Mesmo que as empregadas domésticas também estejam exercendo atividades profissionais fora de casa enquanto cuidam de casas alheias, é um trabalho da mesma natureza daquele que elas exercem em suas próprias casas, diminuindo a possibilidade de realização profissional com tal atividade. Parece não haver muitas certezas sobre a melhor opção nesse sentido, insegurança que se apresenta em forma de tópicos em vários fóruns. Nos ambientes digitais, o tema é discutido com densidade por muitas mulheres, incluindo referências a estudos sociológicos avançados.

O levante feminista das novas gerações tem buscado avançar a reflexão sobre a situação social feminina, resultando em maior reflexividade, autocrítica e o surgimento de uma diversidade de novos grupos com demandas e lugares de fala também diversos. Nesse sentido, vale reproduzir a crítica contundente à situação do trabalho doméstico no Brasil a partir de um viés de gênero feita pela autora do blog intitulado *À Margem do Feminismo: um blog negralista*. No dia 03 de julho de 2017, a blogueira publicou uma postagem com um título desafiador: “Feminista com Empregada Doméstica – Algo, quando não-hipócrita, racista mesmo - Uma classe

étnica eternamente servindo a outra. E esta serviliência começa onde? No ambiente mais íntimo, no lar”. O texto aponta uma contradição importante sobre a complexa questão de gênero no Brasil, considerada na sua interseccionalidade:

E muitas feministas têm empregadas e maridos, e colocam a culpa no marido. Ora, são duas pessoas fazendo sujeira numa casa e não limpando a própria sujeira. Coloque este homem para fora de casa e o trabalho se reduz. Mas não mantenha seu casamento seguro e sem conflitos às custas da retroalimentação da miséria e violência alheia. (...) Seu casamento sobrevive porque você transfere a opressão do seu macho sobre outra mulher. Esta mulher é o capacho do seu casamento. (03 de julho de 2017).

Por fim, em tom de denúncia, a autora explicita interrelações nem sempre visíveis, ou invisibilizadas, entre a cultura de gênero e étnica sob a perspectiva do trabalho doméstico:

Eu acho que o feminismo tem que sair urgente da zona de conforto da falta de auto-crítica e da omissão sobre como as brancas ajudam a manter o sistema de classe, porque esse sistema de classe não é fruto de um capitalismo universal, não, ele é fruto da supremacia racial. Não são pobres servindo ricos, há tempos que não é assim. São negros servindo brancos. E negras servindo feministas, seja em casa, seja nas lojas e shoppings, seja nos banheiros das universidades, seja no próprio movimento feminista. (03/julho/2017)

As intensas discussões geradas por este *post* evidenciaram questões cruciais acerca dessa contradição na atual sociedade urbana brasileira: as relações étnicas, de classe e trabalho na movimentação social feminina. Entre aspectos desse tema, pode-se destacar o estatuto trabalhista da empregada doméstica, seu papel na emancipação das mulheres de classe média, intimidade e assédio sexual no ambiente doméstico, maus-tratos infantis, gosto de classe e hierarquias nas relações de trabalho no lar. Os dados explicitam, nas diferentes posições manifestadas, as contradições e paradoxos do trabalho doméstico na sociedade brasileira, uma silenciosa manifestação doméstica de luta de classes (Autor, 2008).

Ser ou não ser mãe, eis a questão

A hipersegmentação midiática promovida pela comunicação digital possibilitou a emergência de temas que não eram contemplados pelas mídias. Assim, a maternidade como tópico de conversação passou por um processo de segmentação nos ambientes digitais promovendo uma pulverização dos ângulos tratados acerca desta temática, abrindo espaço para que temas considerados tabu na sociedade fossem expressos e debatidos.

A considerar o processo dinâmico de atualização da cultura de gênero, no contexto interacional das redes sociais, é interessante notar o uso particular que as mulheres fazem das categorizações ligadas à maternidade e ao papel de gênero feminino em suas vidas cotidianas. Enquanto grande parte dos ambientes dedicados à temática da maternidade celebram os prazeres e alegrias de ser mãe, atualmente é possível encontrar uma quantidade expressiva de páginas, canais, blogs e sites onde as mulheres argumentam a opção de não ter filhos/as ou ainda sobre o arrependimento de ser mãe. Defensoras da liberdade de escolha, desafiando a naturalização do “amor incondicional”, sentimento ímpar que supostamente somente as mães seriam capazes de ter, essas mulheres expressam indignação contra a forma de coerção social a que chamam de “maternidade compulsória”.

Nesse sentido, são interessantes os títulos das páginas que se dedicam ao tema. Enquanto em alguns ambientes os discursos apontam no sentido de defender o direito de fazer a opção por não ter filhos/as e ser respeitado e há os ainda mais radicais que abrigam discursos de “ódio” à maternidade. A seguir, apresento três diferentes abordagens de negação da maternidade abrigadas em ambientes digitais:

- a) “Maternidade compulsória”: contra a estigmatização;
- b) “Odeio ser mãe”: negação e arrependimento;
- c) “Não me chamo mãe”: gênero e identidade.

a) “Maternidade compulsória”: contra a estigmatização

A opção pela não maternidade por grupos de mulheres que se encontram nas mídias digitais se apresenta sob diferentes discursos, lógicas e argumentos. Em muitos casos os grupos disponibilizam ambiente de acolhimento e troca de informações para mulheres que não querem ser mães por opção, entendendo a maternidade não como um destino, mas como uma escolha. Os títulos dos perfis e páginas deixam claro esta abordagem. O grupo de Facebook *Eu não quero ter filhos*, por exemplo, se define como sendo “Muito mais do que uma página para julgar ou criticar os que decidem ter filhos, é uma página para acolher os que decidem não tê-los.” A página *Mulher Childfree* explica que “Childfree não tem nada a ver com não gostar de mães ou de crianças: é um estilo de vida onde não há espaço para crianças”, entretanto deixa claro que “Esta página não é de militância feminista”.

Outras páginas seguem o mesmo padrão, como é o caso do grupo de Facebook *Sem filhos por opção* ou do *Laqueadura sem filhos*, no qual sua autora se define como uma pioneira “que em pleno século XXI teve que lutar pelos direitos sobre seu corpo! Fui à TV para divulgar o tema, conseguindo assim finalmente a minha cirurgia!” A partir daí, a autora criou a página com o objetivo de “sempre divulgar todas as informações possíveis com outras pessoas e assim mostrar que a laqueadura em mulheres sem filhos é um direito que deve ser respeitado”.

Nesses ambientes, é recorrente a manifestação de desconforto diante da estigmatização e sanção social que decorre desta posição. Frases como “saco cheio de cobranças e pressões para que venham a parir” ou “costuma provocar muitos olhares de reprovação” são recorrentes. Nesse sentido, a imagem de apresentação da página *Mulher Childfree* exibe uma frase crítica: “A sociedade condena as mulheres que escolhem não ter filhos, mas tolera os homens que, mesmo tendo filhos, escolhem não ser pais”.

b) “Odeio ser mãe”: negação e arrependimento

Um exemplo particularmente agudo da dimensão contra-hegemônica dos discursos apresentados nos grupos é a negação frontal da premissa do amor materno. O tabu das mães que se arrependem de ter tido filhos/as não é novidade. Em 2009, a autora francesa Corine Maier lançou o livro *No kids: 40 good reasons not to have children* questionando o fato de que sentir-se realizada com a maternidade ainda seja um sentimento compulsório nas sociedades contemporâneas. A autora entende que esta pressão sobre as mulheres fomenta o acréscimo do número de microconsumidores/as que não se cansam nunca do capitalismo, pois é em nome das crianças que pais e mães compram carros, casas, eletrodomésticos e *gadgets*.

Nos recônditos das mídias digitais, mulheres participantes de grupos secretos no Facebook, como o *Odeio ser mãe*, declaram abertamente seu ódio à maternidade. Depoimentos pouco usuais fora daquele contexto detalham o desgosto com a experiência materna relatada por aquelas mulheres. Algumas mães declaram que a “vida acabou após a maternidade. Sou a única mãe que tem a coragem de dizer isso com todas as letras e sou duramente criticada, chamada de esquisita pelas mães que

se dizem perfeitas”. Descrentes de que “ser mãe é maravilhoso”, afirmam ser “Pura utopia, para alguns pode ser mas para mim tornou minha vida um inferno”. De modo radical, uma mãe participante do grupo registrou em um comentário: “Preferia estar morta a viver essa vida que tenho hoje”. Pressupondo a presença de muitas outras na mesma situação, uma participante deixa o seguinte comentário:

Sou mais uma que odeia ser mãe! Depois de um parto “seco” que me deixou extremamente traumatizada, tive depressão pós-parto. Hj nove anos depois ainda sinto vontade de sumir no mundo por causa da minha filha, tive que sair do meu trabalho por causa dela, sofro com incontinência urinária por conta do parto desumano, tive que largar os estudos, enfim... prefiro a morte que ser mãe mais uma vez.

A partir de uma posição ainda mais radical, várias páginas nas redes sociais defendem uma posição “antinatalista”. O grupo de Facebook *Antinatalismo: não ter filhos é um ato de amor* se apresenta como “um movimento social e político em torno do direito da não procriação”. Entendendo que “a forma mais funcional de poupar o sofrimento humano e animal é trabalhando para diminuir as ideologias do nascidouro, amor parental (principalmente o materno) e a da sacralidade da vida”, os grupos antinatalistas convocam a mobilização “pela mais nobre luta da humanidade, a única que redimiria todos os seus pecados: Deixar de existir. E não mais bilhões irão sofrer futilmente e, finalmente, existirá paz”.

c) “Não me chamo mãe”: gênero e identidade

Existe uma abstração sobre os atributos que comporiam um perfil de mãe “ideal” ou “típica”. Nessa caracterização, a mulher, ao se tornar mãe, passa a ser definida socialmente com relação à maternidade, com relação à prole e com relação a um suposto modelo social “adequado” para o papel materno. Assim, a identidade

de uma mulher é em larga medida constituída/substituída pela sua posição com relação à identidade de mãe.

Um aspecto essencial na caracterização das mulheres que interagem nos ambientes digitais que tematizam a maternidade e suas nuances é a atuação profissional: muitas vezes, são mães que atuam no mercado de trabalho e lidam com as vicissitudes desta dupla inserção social. Entre as demais características, destacam-se uma relativização da culpa com relação à criação de filhos/as e a busca de individuação através da reivindicação de uma identidade autônoma, independente da maternidade.

Em uma entrevista, uma blogueira esclareceu: “só porque viramos mães não deixamos de nos interessar por moda, comportamento e música” (Istoé, 2014). Alguns grupos deixam bem clara, já no título da página, a ruptura com os valores tradicionais e a reivindicação de identidade própria, que não se esgota na experiência da maternidade. O perfil de Facebook *Não me chamo mãe*, por exemplo, se apresenta com o seguinte texto: “Ser mãe não nos define. Ser mãe é apenas mais um aspecto das nossas vidas. Acima de tudo somos todas MULHERES”.

Considerações finais

Pode-se pensar as posições assumidas pelas mulheres frequentadoras dos ambientes digitais acerca da maternidade, em seus discursos e práticas, como teorizações informais sobre a situação feminina e a tensão entre permanência e mudança nos atributos de gênero. Esta participação nas mídias digitais, entretanto, mesmo que muitas vezes se apresente como “ativismo”, parece consistir essencialmente em métodos práticos de enfrentamento de situações concretas

vividas no cotidiano, como “etnométodos” (Garfinkel, 1984), não como reflexão organizada que visaria, por exemplo, uma ação política transformadora da situação social feminina.

A partir do reconhecimento da existência de preconceitos e tabus, essas mães encontram a saída desse impasse no que concerne ao gênero e à maternidade em soluções individuais, de âmbito privado. Assim, os ambientes digitais sobre a maternidade operam fundamentalmente como local de acolhida, de recepção de discursos, depoimentos, relatos, testemunhos e apoio, muito mais do que um local de organização de ação política e coletiva consequente.

Se no início do século XXI, grupos de mulheres-mães pioneiras começavam a questionar os tabus da maternidade nos recentes ambientes digitais criados pelas tecnologias de informação e comunicação (Autor, 2008), hoje a hipersegmentação promovida pela dinâmica comunicacional das redes dá emergência a uma imensa variedade de grupos nas redes sociais que tratam: das ambiguidades do trabalho doméstico em relação à luta de classes; ou grupos secretos que tratam de assuntos “proibidos” nos ambientes sociais tradicionais, mas que encontram na web esconderijos para a realização de encontros entre mulheres que não querem ter filhos/as, que odeiam a maternidade ou as que, arrependidas, afirmam preferir a morte à experiência materna. Essas mulheres participantes de ambientes digitais enfrentam os tabus relacionados à maternidade para, nas redes sociais, questionar o feminismo; criticar a “maternidade compulsória”; expressar arrependimento e ódio à maternidade; e reivindicar identidades próprias.

Interessadas em toda informação a respeito da realidade que vivem como

mães, essas mulheres posicionam-se frente aos saberes tradicionais, aos saberes especializados e alternativos, às posições pessoais díspares das amigas digitais, a elaborar uma teorização informal sobre a maternidade que orienta suas ações no cotidiano para fins práticos, mas não políticos, pois discutem, experimentam e teorizam a maternidade como questão pessoal.



Primera revista digital
en Iberoamérica
especializada en Comunicación



Esta obra está bajo licencia internacional
Creative Commons Reconocimiento 4.0



e-ISSN 1605-4806
Vol. 24, nº. 108, mayo-agosto 2020



Referências

- Almeida, M. (1987). *Maternidade: um destino inevitável?* Campus, 1987.
- Arendt, H. (1997). *A condição humana*. Forense Universitária.
- Badinter, E. (1985) *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira.
- AUTOR, 2016
- AUTOR, 2011.
- AUTOR, 2008.
- AUTOR, 2005.
- Donath, O. (2017). *Mães arrependidas*. Civilização Brasileira.
- Fernandes, E., Lacerda, M. (2012). *Sem filhos por opção: Solteiros e casais, e muitas razões para não terem filhos*. Nversos.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Jorge Zahar Ed.
- Goffman, E. (1998). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Vozes.
- Iaconelli, V. (2015). *Mal-Estar na Maternidade. Do Infanticídio à Função Materna*. Annablume.
- Monteiro, C. Iti malia, tem um neném fofo passando na sua timeline: quem são os baby influencer do Instagram. In **XVI PósCom PUC-Rio**. Rio de Janeiro 4-8/novembro/2019. Disponível em: <http://poscom.com.puc-rio.br/cqi/cqilua.exe/sys/start.htm?sid=7>
- Maingueneau, D. (2001). *Análise de textos de Comunicação*. Cortez.
- Ortner, S. (1974). Is Female to Male as Nature Is to Culture? In: Rosaldo, M. e Lamphere, L- (Eds.). *Woman, Culture and Society*. Stanford University Press.
- Postman, N. (1994). *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. Nobel.
- Rios, M., Isabel, C. **Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção**. *Psicol. estud.* 2009, vol.14, n.2, pp.311-319. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000200012>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n2/v14n2a11.pdf> .

Souza, A. Maternidade nas mídias: uma análise exploratória. In: *XVI PósCom PUC-Rio*. Rio de Janeiro, 4-8/novembro/2019. Disponível em: <http://poscom.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7> .

Schütz, A. (1962). *Collected Papers*. The Hague: M. Nijhoff.

Simmel, G. (1983). *Sociologia*. Ática.